



Entre a Imagem, o Relato e a Resistência: O conflito de Cajueiro no documentário Em Busca do Bem Viver

Between Image, Narrative and Resistance: The Cajueiro conflict in the documentary Em Busca do Bem Viver

Entre la Imagen, el Relato Y la Resistencia: El conflicto de Cajueiro en el documental Em Busca do Bem Viver

Welliton Fernando Pereira Soares [*]

[*] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST-UEMA), na linha de pesquisa Memórias e Saberes históricos. Graduado em História (Licenciatura) pela UEMA. E-mail: welliton.soares@discente.ufma.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o documentário Em busca do Bem Viver (2017), do cineasta maranhense Murilo Santos, enquanto documento histórico e instrumento de denúncia do conflito socioambiental da comunidade do Cajueiro, localizada em São Luís (MA). A partir da História Oral e da História Ambiental, procura-se investigar as representações construídas pelo cineasta, com foco especial no relato de dois moradores. Dessa forma, o objetivo é compreender como as imagens e vozes acionadas na película funcionam como meios de resistência, fortalecimento das identidades locais e, sobretudo, como instrumento de denúncia contra a tentativa de instalação de um Terminal de Uso Privado (TUP) no Cajueiro. Nesse sentido, argumenta-se que o documentário opera como contra imagem do discurso desenvolvimentista e dos modelos hegemônicos de “progresso”, ao dar enfoque e visibilidade a vozes silenciadas e a territorialidades ameaçadas.

Palavras-chave: Cinema; Territorialidades; Resistência; Cajueiro; História Oral.

Abstract: This article aims to analyze the documentary 'In Search of Well-Being' (2017), by the Maranhão filmmaker Murilo Santos, as a historical document and a tool for denouncing the socio-environmental conflict of the Cajueiro community, located in São Luís (MA). Thus, based on Oral History and Environmental History, it seeks to investigate the representations constructed by the filmmaker, with a special focus on the account of two residents. In this way, it aims to understand how the images and voices activated in the film function as means of resistance, strengthening local identities, and, above all, as a means of denouncing the attempt to install a Private Use Terminal (TUP) in Cajueiro. In this sense, it is argued that the documentary operates as

a counter-image to the developmental discourse and the hegemonic models of 'progress,' by focusing on and giving visibility to silenced voices and threatened territorialities.

Keywords: Cinema; Territorialities; Resistance; Cashew Tree; Oral History.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar el documental *En busca del Bien Vivir* (2017), del cineasta maranense Murilo Santos, como documento histórico y herramienta de denuncia del conflicto socioambiental de la comunidad de Cajueiro, ubicada en São Luís (MA). Así, a partir de la Historia Oral y de la Historia Ambiental, se busca investigar las representaciones construidas por el cineasta, con un enfoque especial en el relato de dos habitantes. De esta manera, se pretende comprender cómo las imágenes y voces activadas en la película funcionan como medios de resistencia, fortalecimiento de las identidades locales y, sobre todo, como medio de denuncia contra la tentativa de instalación de un Terminal de Uso Privado (TUP) en Cajueiro. En este sentido, se argumenta que el documental opera como una contra-imagen del discurso desarrollista y de los modelos hegemónicos de 'progreso', al dar enfoque y visibilidad a voces silenciadas y a territorialidades amenazadas.

Palabras clave: Cine; Territorialidades; Resistencia; Cajueiro; Historia Oral.

Considerações iniciais

Criado no final do século XIX, o cinema, atualmente, comporta o fascínio de milhares de pessoas, seja como entretenimento, bem cultural ou documento. Elaborado no bojo de um conjunto de invenções daquela centúria, o cinematógrafo dos irmãos Lumière revolucionou as relações entre o real e o fictício. Mesmo tendo sido criado há anos, os filmes foram por longos períodos negligenciados pelos historiadores, isto é, foi negada a condição de fonte histórica.

Somente no contexto da abertura histórica iniciada pelos *Annales*, em 1929, que os filmes alcançaram o status de documento histórico. A partir dos trabalhos pioneiros de Marc Ferro, em 1974, e do seu questionamento “Seria o filme uma contra análise da sociedade?”, que as produções fílmicas galgaram a posição de fonte de pesquisa. Neste questionamento, o historiador em tela chamou a atenção para as potencialidades do emprego do cinema enquanto documento profícuo para entender outras realidades e outros sujeitos, que, por muitos anos, foram esquecidos pelas fontes oficiais, escritas e institucionais, de forma que “o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é história” (Ferro 1995, 203).

As produções fílmicas, pois, podem ser, sim, uma contra análise da sociedade. Nesse sentido, o presente texto adota como fonte o documentário *Em Busca do Bem Viver*¹ (2017), roteirizado e dirigido pelo cineasta maranhense Murilo Santos. Para tanto, em meio às diferentes disputas representadas na produção, adotar-se-á como foco de análise o caso da Comunidade do Cajueiro, localizada em São Luís-MA. O conflito ambiental em questão foi pensado a partir dos contributos teóricos da História Ambiental, sobretudo dos diferentes usos do território (Santos e Silveira 2001) e da metodologia da História Oral.

É oportuno pontuar que a tipificação do caso do Cajueiro como conflito ambiental é fruto de escolhas teóricas alinhadas com os contributos de Acselrad (2004). Ele, ao discorrer sobre essas disputas, explica que um conflito ambiental se materializa nos casos em que estão envolvidos grupos sociais com modos diferentes de apropriação, usos e significações sobre um mesmo território. Nesse sentido, o conflito é gestado quando pelo menos um desses grupos têm as formas de sobrevivência ameaçadas, decorrentes de ações e práticas de outro(s) grupo(s). No caso do cajueiro, por exemplo, é possível notar que os donos do porto privado (o grupo externo), ameaçam as sociabilidades internas da comunidade.

Sendo assim, o documentário de Murilo Santos é lido como contra imagem do discurso desenvolvimentista, ao articular oralidade, memória e imagem que denunciam e dão visibilidade a sujeitos historicamente silenciados: os homens e mulheres do campo, indígenas, ribeirinhos, praieiros, quilombolas, etc. A obra cinematográfica é compreendida a partir da trajetória histórica do cineasta, vinculada à educação popular, ao cinema engajado, a produções fílmicas como meios de resistência e como instrumento de denúncia social.

Ao longo do seu percurso dentro da cinematografia, o diretor tem priorizado obras² que abordam conflitos ambientais, migrações, disputas por terra, experiências de resistência, mobilização, organização, dentre outras. Assim, as películas do diretor se aproximam do cinema

¹ O documentário realiza um mapeamento das principais formas de conflitos por terra e socioambientais no Maranhão Contemporâneo, à época da posse do governador Flávio Dino, 2015. Sob as lentes do diretor, são expostos conflitos, mobilizações, atos de resistência de homens e mulheres do campo e das cidades, em face do direito de permanecer em suas terras e, sobretudo, na luta pelo direito de existir. Ao longo da produção, Murilo Santos explora elementos da cultura visual que destacam as novas facetas das disputas pela terra e pelos recursos ambientais na atualidade. Trata-se de uma produção financiada e encomendada por entidades ligadas à defesa e democratização do acesso à terra, sendo elas: Conselho Indigenista Missionário (CIMI-MA), Cáritas-MA, Comissão Pastoral da Terra (CPT-MA), Pastoral da Criança do Maranhão, Comunidades Eclesiais de Base do Maranhão (CEBs-MA) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

² Além deste documentário, Murilo Santos também assina: *Bandeiras Verdes* (1998), *Quem Matou Elias Zi?* (1986), *A peleja do povo contra o dragão de ferro* (2014), *As quebradeiras de Dom Pedro* (2016), *O massacre de Alto Alegre* (2005) e *Terras de Quilombo* (2005).

engajado maranhense (Oliveira 2015; Frazão 2018), ao destacar os abusos políticos de usos das territorialidades, as mazelas sociais e as injustiças contra a posse de terra no contexto do estado.

Para tanto, o problema de investigação que orienta as reflexões deste texto é: em que medida o documentário *Em Busca do Bem Viver* pode ser lido enquanto uma representação da resistência da comunidade do Cajueiro diante da tentativa de instalação de um porto privado em seu território? Além disso, procura-se entender como a película pode ser compreendida enquanto uma contra imagem do discurso desenvolvimentista ao articular memória, oralidade e territorialidade da luta do Cajueiro.

O presente texto está organizado em duas seções, além desta introdução. No primeiro momento, apresentar-se-á o conflito do Cajueiro, destacando o histórico da disputa, os movimentos de resistência e mobilização da comunidade em meio à tentativa de instalação de um porto privado na região. Na seção seguinte, empreende-se um esforço teórico-metodológico de análise dos relatos de dois moradores do Cajueiro representados no documentário. Para tal, a base de análise serão os contributos da História Oral, em autores como Portelli (2010) e Alberti (2004). Além disso, com vistas a subsidiar o debate, apresento neste momento questões relativas à cultura visual, especificamente, as representações feitas pelo diretor sobre esses sujeitos e o território.

Comunidade do Cajueiro e a resistência: entre o “desenvolvimento” e o tradicional

A ilha de Upaon-açu³, segundo Lima Neto (2021) foi se constituindo ao longo dos anos, como região de intenso e profícua área de expansão portuária, sobretudo em decorrência de sua posição geográfica estratégica próxima dos principais centros comerciais da Europa, Ásia e EUA. Assim, a região passou a ser cobiçada enquanto espaço privilegiado para a instalação de empreendimentos portuários, sobretudo pela rica presença de recursos naturais e pela existência de uma malha ferroviária densa, a exemplo da ferrovia Norte-Nordeste. Esse fator *sui generis* colocou a ilha como a joia da coroa do estado. Assim, como apontam Moreira, Castro e Sousa dos Santos (2018), a “necessidade” de escoar vem sempre interligada com a “necessidade” de pilhar e usar o território, acarretando na exploração das regiões cobiçadas.

Esse contexto de inserção da cidade nas ve(i)as abertas do desenvolvimentismo têm como consequência a ampliação da “[...] demanda por territórios tradicionalmente ocupados por povos e grupos sociais locais, ampliando também os conflitos em torno de territórios e ambientes” (Sant’Ana Júnior, Teisserenc e Brustolin 2018, 10). Para compreender o conflito do Cajueiro é

³ Composta por quatro municípios, sendo eles: São Luís, capital do estado do Maranhão, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar.

notório, diante do exposto, perceber como os discursos de “desenvolvimento” e “progresso” moldam o *lobby* político e empresarial sobre as terras tradicionalmente ocupadas. A esse respeito, Nobre, Oliveira e Sbrana (2018, 188) são enfáticos ao explicar que:

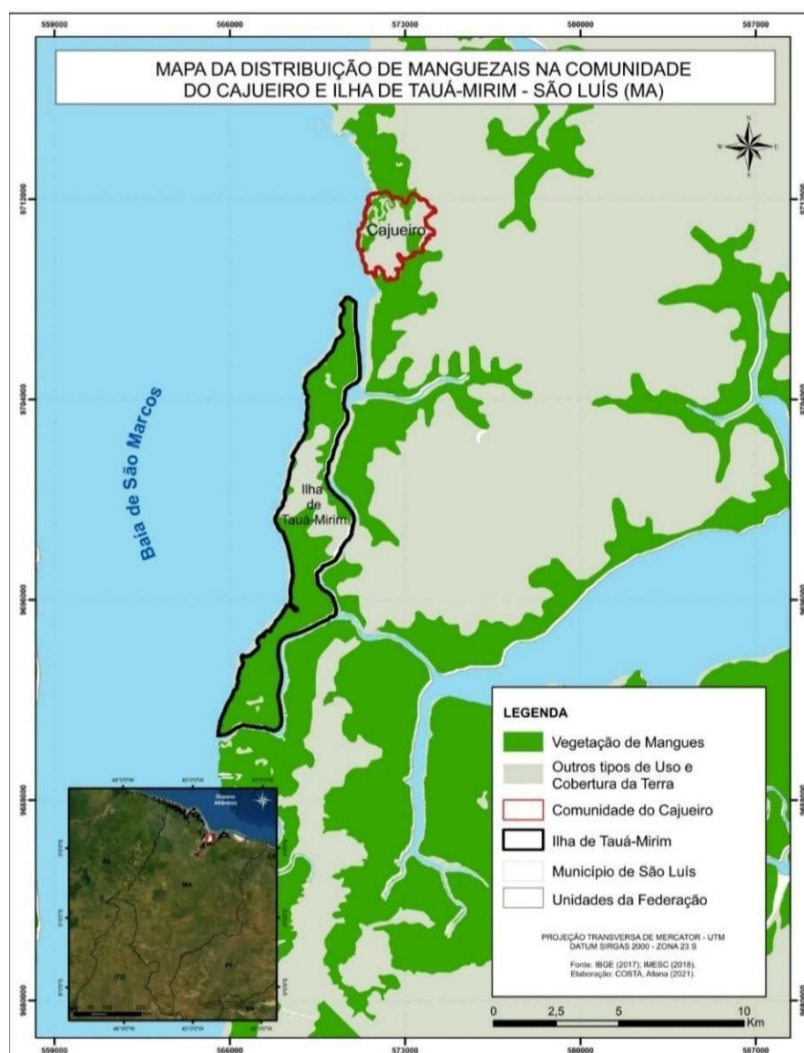
[...] entender o desenvolvimento enquanto componente do imaginário contemporâneo que condiciona ações concretas é buscar compreender sua utilização como discurso de poder na realidade maranhense sobretudo, a ludovicense, legitimando ações governamentais e empresariais em detrimento da continuidade de modos de vida tradicionais (Nobre, Oliveira e Sbrana 2018, 188).

Além disso, buscando interligar o estado ao cenário do capital nacional e internacional, os governos federal, estadual e municipal empreenderam esforços de interligar a ilha ao mercado internacional. Não mediram esforços para atrair investimentos e não raramente às custas de violação de Direitos Humanos de comunidades que ocupam as áreas cobiçadas. Sendo assim, é importante destacar que “não se tratam de injustiças só de natureza socioeconômica, mas também ‘epistêmica’, no sentido em que negam o reconhecimento de formas ‘alternativas’ de construir a própria relação com o mundo que não sejam definidas apenas em termos de propriedade e utilidade econômica” (Santos 2007 *apud* Silva 2020, 29).

Em meio às negativas de reconhecimento de formas alternativas de vida, a comunidade tradicional de Cajueiro, localizada na zona Rural II de São Luís, conhece exatamente o que significa estar em fogo cruzado com grandes projetos portuários. Composta por famílias de agricultores, pescadores e extrativistas, os moradores do Cajueiro vivem da pesca, da pequena produção, da comercialização de alimentos, sobrevivem, pois, dos recursos que o meio ambiente oferece. Nesse sentido, no caso do Cajueiro, as relações assimétricas de poder (Reis 2022), mediados pelos distintos interesses de sujeitos de posições diferentes, conformam a disputa pelo território e pelas territorialidades.

Com uma área total de 610 ha, Cajueiro está inserida na rota de colisão com a possibilidade de instalação de um Terminal de Uso Privado (TUP) às margens da comunidade.

Figura 01. Localização da comunidade de Cajueiro



Fonte: Lima Neto 2021, 99.

Na imagem, é possível perceber que a região engloba uma vasta extensão de manguezais e de frente para o litoral, sendo estes fatores que conformam a composição da comunidade enquanto marcadamente de pescadores e pequenos agricultores. A respeito do povoamento do Cajueiro, Arcangeli (2018), utilizando como fonte entrevistas dos moradores mais antigos da comunidade, sinaliza para o ano de 1937, como início da instalação dos primeiros moradores na região. Segundo o pesquisador, Dona Aiá, foi uma das precursoras do local, chegou à região na data supracitada aos 10 anos de idade.

Ao entrevistá-la Arcangeli (2018) vai tecendo a reconstrução do povoamento de Cajueiro, que teria iniciado também com o pai da narradora, Boaventura Paulo Araújo, considerado como

o primeiro morador da comunidade, que teria recebido as terras de Joaquim Maia, o guardador da região, que as entregou e depois teria desaparecido da localidade. Nesse sentido, adotando como marco a chegada desses primeiros moradores, a ocupação de Cajueiro remonta à primeira metade do século XX. Contudo, ao considerar a existência e ocupação do Terreiro do Egito, parte do Morro do Egito e que compõe o território do Cajueiro, Pedro (2017) sinaliza para uma ocupação bem mais antiga, considerando que no terreiro, há a presença humana, de, no mínimo, o início do século XIX.

Ao adotar somente os marcos institucionais de posse de terras, é possível delimitar a formalização da ocupação ao de 1996, quando, segundo Pedro (2017), a então governadora Roseana Sarney, em meio a campanha para reeleição no governo do Estado, prometeu a concessão de um título de propriedade condominial às famílias das glebas de Tibiri-Pedrinhas e Itaqui-Bacanga (bairros de São Luís), que corresponde a região do Cajueiro. Dois anos depois, em 1998, o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) entregou o título às famílias das citadas glebas, sendo o assentamento rural do Cajueiro formalizado em 2001 e registrado no 2º Cartório de Registros Imóveis de São Luís.

Essa rápida contextualização do povoamento do Cajueiro, revela-nos que o processo de ocupação e construção das territorialidades da região são seculares. Contudo, mesmo diante da presença da comunidade há séculos, a localidade enfrentou os interesses do capital internacional e nacional, personificado na forma de grandes projetos “desenvolvimentistas”, tendo em vista que não região do Cajueiro existe a intenção e o projeto de instalação de um Terminal de Uso Privado.

Nesse sentido, como apontam Sant’Ana Júnior, Teisserenc e Brustolin (2018, 10) “o conflito entre agentes da expansão capitalista, estatais ou privados, e povos e grupos sociais locais, tem sido uma marca permanente da implantação de projetos de desenvolvimento em toda a América Latina” (Sant’Ana Júnior, Teisserenc e Brustolin 2018, 10). Sendo assim, o projeto do porto em Cajueiro é lido para além de um embate por território físico, mas, ao fim e ao cabo, enquanto disputa por pertencimento, identificação e ancestralidade com o espaço.

Ao analisar a ocupação histórica do Cajueiro, o estudo de Camargo e Basílio (2025) é seminal para apontar que quanto mais forte é o sentimento de pertencimento de um grupo com a região em que vive, maiores são os índices de resiliência diante das ameaças ambientais e estruturais. Esse cenário é perceptível no caso do Cajueiro, tendo em vista a presença histórica dos moradores e, conseqüentemente, existe um vínculo e identificação da comunidade com o território de forma substancial.

As primeiras tratativas de construção do porto, como aponta Moreira (2015), iniciaram em 18 de junho de 2013, durante o governo de Roseana Sarney, sob a direção das empresas WTorre Engenharia e Construção S/A e WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA, sendo, pois, um empreendimento inicialmente com 100% de capital nacional. No entanto, em abril de 2017, a partir de um acordo de cooperação entre a WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, ligada ao Grupo Empresarial Wtorre, foi feito um acordo com a construtora China Communications Construction Company (CCCC)⁴. A partir desse negócio, a empresa chinesa passou a ser detentora de 51% do empreendimento e, portanto, internacionalizando os investimentos e a própria atuação do porto⁵.

A área onde se pretende construir o porto foi adquirida em 2014, pela empresa BC3 HUB - MULTIMODAL LTDA, a “proprietária” de Bom Jesus do Cajueiro, região, pois, da comunidade do Cajueiro, Zona Industrial 3 (ZI-3). Na mesma área, como aponta Silva (2018), estão instalados os portos do Itaqui, que iniciou as operações em 1974, o porto da Alumar (1983) e mais recente o porto da Ponta da Madeira (1986), de propriedade da Vale S/A. Os três juntos conformam o complexo portuário do Itaqui, o segundo mais profundo do mundo e um dos mais estratégicos geograficamente para a exportação e importação de produtos dos principais mercados internacionais. A ilha de Upaon-Açu, pois, vem há anos sofrendo com a instalação de empreendimentos portuários. A esse respeito, o diretor, Murilo Santos, tenta representar, por meio das imagens, a presença do porto do Itaqui no cenário geográfico da ilha:

⁴ A CCCC é uma das maiores empresas do ramo de construção de infraestruturas chinesa e tem especial interesse no porto pelas vantagens econômicas e logísticas para escoamento de soja, uma das principais commodities exportadas para a China.

⁵ Como aponta Silva (2018) o aporte financeiro investido, oscila na ordem de 500 milhões de reais a um bilhão e meio de reais. Esse aporte, inclusive, é empregado para legitimar e angariar apoio público para a construção do porto. Essa estratégia de chamar atenção para as cifras milionárias de investimentos é uma saída para escamotear as críticas sofridas pelos subterfúgios usados durante o processo de licenciamento ambiental. Além disso, busca-se também camuflar os prejuízos ambientais que certamente ocorreriam com a construção do porto na região do Cajueiro e nas comunidades adjacentes.

Figura 02. Complexo do porto do Itaqui em São Luís (MA)



Fonte: Santos 2017, 4:53

O porto privado, como aponta Silva (2020) apresentava no seu projeto de construção a instalação de terminais de exportações de minérios, grãos e farelos de soja, bem como para importações de granéis líquidos, fertilizantes, contêineres, dentre outros produtos. O projeto básico também previa a dragagem da baía de São Marcos, o que, na prática, colocaria em risco a vegetação natural da região. O empreendimento determinava o desmatamento de 20 hectares de manguezais, a destruição de importantes mananciais de água, além da poluição do ar, ampliando, pois, os impactos ambientais da região, já calejados pelos malefícios do porto do Itaqui.

Para Costa (2024), o interesse pela região do Cajueiro não iniciou com a empresa WPR Gestão de Portos. Em tempos pretéritos, mais especificamente em 2012, a empresa Suzano Papel e Celulose buscou instalar um porto na comunidade de Bom Jesus do Cajueiro e Mãe Chica. O novo porto iria exportar a celulose que a empresa produzia na cidade maranhense de Imperatriz. O empreendimento malogrou.

A construção do porto em São Luís está inserida em uma rede maior de investimentos e aceleração do escoamento de produtos agrícolas, sobretudo do MATOPIBA⁶, bem como a inserção

⁶ Acrônimo usado para definir a nova fronteira agrícola formada por parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A expansão para essas regiões, anteriormente com poucos investimentos, foi acentuada, sobretudo a partir da década de 1970, “a partir de programas e decisões planejadas e realizadas por meio de projetos e programas governamentais elaborados e executados para serem instrumentos de políticas públicas que viabilizassem e impulsionassem o desenvolvimento econômico desses espaços com a transformação da agricultura e agropecuária ali praticadas.” (Santos, 2018, 578). Conforme explica Pinto e Silva (2025), nas regiões que correspondem ao MATOPIBA,

do empreendimento no corredor logístico Centro-Norte, formado por malha de ferrovias, portos e terminais, Silva (2020). Mesmo diante do poder e das alianças estabelecidas pela empresa com o governo do Maranhão, os moradores não permaneceram inertes diante do risco de serem desterritorializados. Nesse sentido, realizaram reuniões, assembleias e mobilizações que contaram com figuras políticas favoráveis, entidades sindicais, religiosas, pesquisadores das universidades e órgãos do estado que lutam em defesa das comunidades tradicionais.

Para Furtado e Alves (2021), havia uma grande pressão por parte da empresa para que os moradores vendessem suas casas e, dessa forma, uma estratégia para enfraquecer o movimento internamente. Além disso, utilizaram de práticas comuns, como a contratação de jagunços para intimidar e realizar a “segurança” da comunidade, a proibição, para os moradores, de realizar intervenções nas moradias, além de derrubarem, de forma ilegal, várias casas dos moradores.

As lutas travadas pelos moradores do Cajueiro em prol de permanecer no lugar, em última análise, é a mobilização contra a periferação, a violência, as desigualdades sociais, isto é, a luta contra a ampliação da miséria e da poluição. Sendo assim, a resistência do Cajueiro é contra a opressão do capitalismo e do neoliberalismo.

Como aponta Arcangeli (2018), na luta contra o capital e os processos de desterritorialização, os moradores de Cajueiro acionam diversos mecanismos de mobilização e de resistência: no primeiro momento, a identificação enquanto comunidade tradicional; os processos de reconhecimento de patrimônio imaterial cultural do terreiro do Egito e, dessa forma, como sítio arqueológico; a escritura pública do Instituto de Colonização e terras do Maranhão (ITERMA) de 1998; a tentativa de criar a reserva do Tauá-Mirim; as intervenções jurídicas de mediação/solução do problema e, por fim, as mobilizações dos moradores contra a desterritorialização ensejada caso a construção do porto seja efetivada.

Tais estratégias podem ser vistas, segundo Camargo e Basílio (2025), como *identidades de lugar*. Os autores destacam que o sentimento de pertencimento territorial funciona como meio articulador para as ações coletivas e, sobretudo, para as percepções de risco. No caso do Cajueiro, a identificação com o espaço transplanta o aspecto legal/material, posto que ele é sentido, vivido e, sobretudo, articulado com a ancestralidade e a historicidade da ocupação, o que é elemento estruturante para a resistência dos moradores.

houve o crescimento de práticas de grilagem, expulsão de camponeses e, sobretudo o aumento dos números da violência contra os homens do campo, tendo em vista que a terra foi transformada em ativo financeiro e passou a ser disputadas por grandes corporações nacionais e internacionais. Contudo, é importante salientar que embora a nova fronteira esteja em franco processo de expansão, ao mesmo tempo sofre com a carência de estruturas logísticas de escoamento (estradas e ferrovias) e de malhas energéticas, representando um gargalo para o projeto expansionista do MATOPIBA.

No Cajueiro fica o terreiro do Egito⁷, local sagrado para diversas religiões de matrizes africanas. Para Freire (2018), os instrumentos de reafirmação territorial são mecanismos de *territorialidade de resistência*. O autor aciona esse conceito ao analisar as práticas religiosas do Terecô em Bacabal e como são empregadas enquanto mecanismos de enfrentamento ao racismo religioso e os silenciamentos políticos. Assim, no caso do Cajueiro, ao mobilizar o terreiro do Egito, a comunidade aciona laços e saberes ancestrais, ritualísticos e práticas espirituais como meios de enraizamento e reafirmação religiosa do lugar e, portanto, impossibilitando a construção do porto.

Outra estratégia de resistência⁸ é a tentativa de reconhecimento do Cajueiro enquanto sítio arqueológico, o que impediria a construção do porto privado. Embora os achados arqueológicos tenham localizado “machados de pedra e blocos líticos com marcas de uso, a ocorrência dispersa de fragmentos cerâmicos escuros, geralmente associados a restos de ocupação de grupos pré-coloniais” (Arcangeli 2018, 33), os laudos arqueológicos foram ignorados pela empresa.

Dessa maneira, é possível perceber uma aparente contradição nas noções de usos dos espaços em que, de um lado, estão o capital internacional e o Estado, interessados em “desenvolver” as regiões e, nesse processo, empregam todo instrumento de exploração dos recursos naturais, e, de outro, as comunidades que ocupam as áreas cobiçadas, que, em meio às inúmeras violências, resistem para permanecer em suas terras e a viver de forma simbiótica com a natureza, não medindo esforços e meios de resiliência para existir e permanecer.

Memória em Imagem: Cinema e oralidade no conflito de Cajueiro

“Eu não sei explicar [...], só sei sentir. Eu sinto!! eu sinto!!”. A frase aqui descrita está presente no documentário *Em Busca do Bem Viver*. A fala enaltecida é de Lucilene Raimunda Costa, moradora do Cajueiro. Este breve destaque, que será melhor analisado em um momento oportuno, serve para sinalizar o caráter de identificação e coletividade dos moradores da comunidade com o meio ambiente.

⁷ Não há um terreiro propriamente dito, feito de alvenaria com barracões, portas, etc. Trata-se de uma região sagrada e que é usada como espaço para celebração de rituais religiosos e como um lugar de identificação com as religiões de matrizes africanas.

⁸ Lima Neto (2021) explica que no campo jurídico há uma miríade de atores envolvidos no caso do Cajueiro, sendo eles, a Defensoria Pública da União, Defensoria do Estado, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça do Maranhão e Justiça Federal do Maranhão. Nessa esfera, como explica Arcangeli (2018), mesmo sendo uma possibilidade, trata-se de uma ferramenta auxiliar, pois não é um campo dominado pelos interesses do capital e dessa forma é o dos trabalhadores. Mesmo assim, muitos creditam à justiça a possibilidade de desfecho do contencioso pela esfera jurídica.

Sendo assim, o documentário não será lido somente como um recurso audiovisual, mas enquanto um meio de denúncia, escuta ativa das vozes silenciadas, de (entre)vistas entre os moradores e o documentarista e, em especial, como um documento histórico que inscreve, a partir das imagens e dos relatos, construções coletivas de mobilização e sensibilização do público contra a construção do porto privado em Cajueiro.

Para Verena Alberti (2004) e Alessandro Portelli (2012), ouvir, sobretudo nas (entre)vistas em História Oral, é, antes de tudo, um ato político. Para eles, sentar, parar e ouvir atentamente o que os entrevistados dizem, seus gestos, anseios e construções coletivas ou individuais da memória são partes basilares na arte da escuta. Nesse ínterim, o ato de rememorar o passado – seus silêncios, ditos e não-ditos - é uma arte da escuta e uma forma de resistência, frente aos silenciamentos imputados aos corpos subalternizados.

A partir dessas colocações, pretendo, neste tópico, empreender um exercício de análise das falas dos moradores do Cajueiro presentes no documentário *Em Busca do Bem Viver*, como vozes subalternas que, a partir da produção, puderam ser ouvidas, vistas e lembradas. Sendo assim, pretende-se articular História Oral, Cinema e História Ambiental⁹ em um exercício de reflexão que parte do documentário e como ele (re)constrói e tece o conflito por meio de linhas, sons, imagens e relatos.

Importante destacar que a História Oral é um campo de investigação com metodologias de pesquisa específicas, conceitos, modos de ouvir e contar, que a fazem uma área própria de estudo. Esse adendo é basilar para destacar que as (entre)vistas feitas por Murilo Santos não foram pensadas e realizadas sob as bases teórico-metodológicas da História Oral. Foram captadas por um documentarista que não visava à construção de uma pesquisa, que passa primordialmente por fases de investigação sistemática, acompanhada de um exercício conceitual.

Esse apontamento é crucial para destacar ao leitor que faço esta análise não sem desconhecer essas particularidades, o que implica em dizer que, este esforço de crítica e compreensão dos relatos já chegam no presente momento recortados. O primeiro, é dos próprios entrevistados, que ao rememorar, organizar e sistematizar a fala, já empreendem (re)cortes na própria concepção sobre o

⁹ Parto da compreensão sobre a qual a História Ambiental “se torna assim o caminho para entender que a natureza deve ser compreendida não apenas como um território ambiental que detêm matérias que serão transformadas em recursos pelas mãos humanas, mas que ela se preocupa com as interações entre a natureza e as sociedades humanas do passado para analisar no presente a conexão: Estado, Poder e Natureza (Almeida, 2020, p. 43). Nesse sentido, dialogo com Pádua (2010), ao entender que o aspecto *sui generis* da História Ambiental não é o enfoque proferido ao meio ambiental, posto que as pesquisas em História sempre o fizeram. O elemento diferenciador é a centralização dada à capacidade humana em degradar, modificar, transformar, preservar e se identificar com os recursos naturais e com o território.

conflito. O segundo é do diretor, que funciona como intermediador. Certamente as entrevistas foram mais longas, mas Murilo Santos teve que editar, cortar e extrair dos dois entrevistados aquilo que, naquele momento, lhe era mais significativo para a produção do documentário. Portanto, compreendo que as entrevistadas chegam eivadas de cortes, o que não elimina as potencialidades das falas dos entrevistados.

Cajueiro será analisado para além de uma comunidade pesqueira, ribeirinha ou tradicional. Trata-se de um território em disputa, um espaço vivido, construído coletivamente, sentido socialmente, uma territorialidade, pois, de disputa, memória e resistência. Os moradores do Cajueiro não resistem apenas pelo direito de permanecer, mas de existir, o direito à identidade, à religiosidade e à memória de um espaço em (re)construção.

Diante do silêncio institucional e dos interesses dos empresários donos do projeto do porto privado, os moradores não hesitam em reivindicar a força que vem da ancestralidade e das raízes dos mangues, rios e florestas que compõem a territorialidade do Cajueiro. Diante de um silêncio imposto, emergem as falas dos entrevistados, firmes, sensíveis, afetivas e vivas. O subalterno pode falar, mesmo que suas vozes sejam silenciadas.

Nesse cenário, emerge o documentário de Murilo Santos, que, para além de filmar e representar a comunidade, tece uma narrativa que destaca as vozes silenciadas. São esses relatos, especialmente de dois moradores de Cajueiro, que serão lidos enquanto potencialidades para compreender as subjetividades (Portelli 2016) que orientam as ações, mobilizações e perspectivas dos locais diante das investidas dos agentes do capitalismo sobre a territorialidade da comunidade.

Como bem lembrado por Portelli (2016), narrar um acontecimento vai além de rememorar-lo, mas passa preliminarmente pela (re)construção de sentidos do momento experienciado. Nessa premissa, destaca-se a fala de Clóvis Amorim da Silva, morador de Cajueiro e pescador. Para ele, a significação da possibilidade de construção do porto é:

Já há muito tempo a gente vem sofrendo ameaças de ser expulsos das nossas comunidades e do nosso território de pesca, né?! E isso tem impactado muito as pessoas dessa região aqui. Tanto da comunidade mesmo, quanto das comunidades que estão no entorno da proposta do Tauá-Mirim, das comunidades da Resex-Tauá Mirim. A comunidade Cajueiro embora ela não é só de pescador, nem todo mundo é pescador, mas todo mundo pesca, né?! E isso tem muitas outras pessoas da ilha de São Luís que vem pescar na comunidade de Cajueiro, então ela [a construção do porto] vai causar perdas imensas para a ilha de São Luís. Além da perda de produção de pescados e da perda ambiental, a perda da produção de agricultura, tem esse impacto também que é muito agressivo da empresa. Vim querer expulsar de uma forma muito cruel. (Santos 2017, 2:49).

A passagem perspectivada por Clóvis Silva não se limita a denunciar as arbitrariedades do projeto econômico para o Cajueiro, mas também enuncia as ameaças ambientais decorrentes da construção do TUP, ou seja, a desterritorialização. Nesse sentido, é uma experiência de dor em

curso, ao chamar atenção para a coletividade, e o uso de termos como “nós” e “a gente”, enaltece esse elemento partilhado da dor. O entrevistado é, além de testemunha do ocorrido, um analista das consequências do projeto, ao destacar que “Já há muito tempo a gente vem sofrendo ameaças de ser expulsos das nossas comunidades e do nosso território de pesca (...) isso tem impactado muito as pessoas dessa região aqui” (Santos 2017, 2:38)

Nesse sentido, o relato de Clóvis Silva congrega oralidade, memória, espaço e um senso de coletividade que marca os processos de mobilização do Cajueiro. Assim, a (entre)vista dele se furta de uma perspectiva popular sobre a qual a oralidade é apenas desabafo, uma vez que o relato é potente e suplanta um mero inconformismo. No caso de Clóvis da Silva, é notório destacar que ele fora uma das principais lideranças da comunidade e, dessa forma é conhecedor do *modus operandi* do conflito e das estratégias dos agentes envolvidos na disputa, o que se reflete na sua fala. A esse respeito, Portelli (2016), as entrevistas em História Oral não devem ficar amarradas à precisão factual dos depoimentos. O historiador, assim, precisa ficar atento e buscar compreender as (re)construções subjetivas dos acontecimentos. Dessa forma, o relato de Clóvis Silva destaca que o que está em jogo não é apenas a perda material do território e de produção (pescados, agricultura, etc.), mas, ao fim e ao cabo, a fragmentação do *ser* e *estar* no mundo da comunidade.

Na sequência em que Clóvis nomeia o significado da construção do porto, o diretor aciona uma sequência de planos que destaca a riqueza de peixes, a presença dos manguezais e a pesca artesanal. Assim, o documentário cria uma relação intrínseca entre o gesto narrado (a oralidade) e a linguagem audiovisual, criando uma simbiose entre o dito e o visto.

Figura 03. Meio ambiente de Cajueiro



Fonte: Santos, 2017, 2:53

Na composição da sequência, explorando a luz natural, filmada em planos abertos e com enquadramentos não intervencionistas, a câmera funciona como um grande observador que não “interfere” no cotidiano da comunidade, criando um cenário que busca reforçar a estreita relação entre os moradores de Cajueiro e o território em que vivem e reivindicam. Portanto, a imagem não funciona apenas como ilustração do narrado, mas enquanto meio para expandir o *sentir* dos relatos.

Em alusão a Funes (2015), leio o território como um arquivo de memória ecológica. O pesquisador, ao analisar a formação de comunidades mocambeiras do rio Trombetas no baixo Amazonas, destaca que o espaço carrega as experiências dos sujeitos que ali viveram e (re)construíram o território, enquanto lugar (re)feito pelas práticas cotidianas de vida.

Clovis narra além do *sentir* da possibilidade de instalação do porto e da perda do território, mas analisa a reificação do território como uma construção de identidades. O ato de pescar, na fala do entrevistado, vai além de um meio de trabalho, mas personifica a edificação de símbolos coletivos. Quando ele afirma que, embora nem todo mundo seja pescador, todo mundo pesca. A sua fala demarca os usos múltiplos do território e, sobretudo, a centralidade do espaço e da natureza na organização da comunidade.

A forma como Clóvis Silva compreende o *modus operandi* da empresa, demarcando que “vim querer expulsar de uma forma muito cruel” (Santos 2017, 3:08), aponta a atuação arbitrária,

violenta e, sobretudo, desumanizadora do conflito em lide. Dessa forma, no caso do Cajueiro “sacrificam-se direitos fundamentais de populações inteiras, cometem-se inúmeras violações de direitos humanos e civis” (Pedro e Sant’Ana Júnior 2018, 122). Ao adjetivar como “cruel”, o entrevistado desloca a discussão do conflito de um plano legal/institucional, para a esfera da violência emocional, física, ética e política. Neste momento, emerge a seguinte sequência de planos:

Figura 04. Casas destruídas do Cajueiro



Fonte: Santos, 2017, 3:18

Nestes planos, é possível notar várias casas destruídas, ruínas de lares que outrora eram compartilhados, espaços em que foram construídas identidades e forjados sujeitos. No entanto, pela atuação da empresa, são lugares de um tempo de outrora, momentos que, a partir da derrubada das casas, não podem ser reconstruídos. Essa sequência forma o que Grada Kilomba (2019) conceitua como contra-imagem do progresso, ou seja, a imagem do desenvolvimento, pintado por seus

defensores como necessária, positiva e benéfica é marcadamente excludente, violenta e relega aos corpos subalternizados à periferização e a violência e, por consequência, a exclusão. Assim, o documentário, neste caso, funciona como ferramenta de denúncia visual e sinaliza para os efeitos do progresso e da colonialidade ainda em curso.

Nesse contexto, aludindo a Kilomba (2019), o projeto de apagamento das vozes negras, envolve, segundo a autora, o silenciamento do corpo preto, configurado como um obstáculo ao “progresso”. Neste momento, o documentário de Murilo Santos vai de encontro ao projeto capitalista, ao passo que, para além de ouvir, permite-nos ver essas vozes silenciadas. Sendo assim, rompe com um apagamento estrutural desses sujeitos e funciona, parafraseando Marc Ferro (1995), um meio de contrapoder, ao avesso da sociedade eurocêntrica.

O segundo depoimento é de Lucilene Raimunda Costa. A fala da entrevistada carrega uma carga emocional difícil de ser explicada e uma sensibilidade complicada para ser materializada na escrita. Para ela, a projeto de construção do porto é:

Que eu fico assim me perguntando pra onde eu vou quando sair daqui? pra onde eu vou levar a minha mãe? Ela tem 82 anos e optou em viver aqui. Eu não sei explicar (faz gestos com as mãos de inconformismo e incerteza) o significado dessa perda, eu só sei sentir. Eu sinto, eu sinto! Eles (os donos do empreendimento e o estado) falam em progresso, em desenvolvimento, mas eles não falam dos nossos sentimentos (Santos 2017, 4:37).

O testemunho de Lucilene Costa não é somente verbal, mas também gestual, corporal e afetivo. Coloco-me, portanto, diante de um esforço analítico que procura superar a simples análise estrutural do discurso. A esse respeito, Verena Alberti (2004) destaca que as entrevistas em História Oral são encontros entre sujeitos, ou seja, entre o pesquisador e o entrevistado. São intersubjetividades construídas nos relatos, pois, ao mesmo tempo em que o pesquisador analisa as falas e os gestos de quem fala, o entrevistado também lê o entrevistador. A escuta, como destaca a autora supracitada, deve ser atenta e sensível para os gestos e falas de quem diz.

A dificuldade em externalizar em palavras o significado da perda e a repetição “eu só sei sentir. Eu sinto! Eu sinto!” não revela uma ausência de discurso ou falta de entendimento sobre as consequências da desterritorialização. Como destacado por Pollak (1989), o silêncio é uma maneira de narrativa, pois carrega consigo o que foi vivido, mas não pode ser externalizado em palavras. Ao afirmar que sente e não sabe explicar, não significa uma falta de vocabulário, mas sim paradoxalmente um grito (os gestos, o olhar, a expressão) denunciam a violência sistemática a qual estão expostos. Assim, ao rememorar a interlocutora quebra o sistema de silenciamento imposto aos corpos subalternizados e *pari passu* deixa evidente a falta de escuta pública.

Conforme Portelli (2012), os gestos, as hesitações e os não-ditos são formas de dizer. A fala de Lucilene Costa mostra-nos que ela se coloca em evidente oposição ao empreendimento da construção do porto, revela que o espaço do Cajueiro é vivido, compartilhado socialmente, lugar de ancestralidade e afetividade. Lucilene Costa, portanto, habita no Cajueiro com o corpo, o tempo, o espaço e o lugar de quem partilha experiências e reconstrói o ambiente a partir da corporeidade.

Para Grada Kilomba (2019), o projeto colonial ainda estrutura as relações de poder, saber e ser no mundo contemporâneo. Assim, os arquétipos de Lucilene Costa, mulher, negra, periférica e cuidadora da mãe, está marcada pela logística colonialista ainda presente, a subalternidade, relegada ao silêncio, símbolo de corpos que não pertencem ao tempo do capitalismo e não cabem na lógica econômica pensada na construção do TUP.

Nesse sentido, Kilomba (2019) destaca que falar é um ato político, um meio de resistência e um instrumento de luta contra a marginalização e a opressão. Neste cenário, Lucilene Costa sente, gesticula e fala, mesmo que esta fala esteja nas bordas do dizível e Murilo Santos representa visualmente e expande o dizível da moradora. A sequência a seguir é elucidativa.

Figura 04. Lucilene e o sentir da perda



Fonte: Santos, 2017, 4:37

Durante a fala de Lucilene, a câmera permanece fixa, sem movimentação, enquadrada no rosto da moradora, mas permite que os gestos das mãos sejam vistos. Aliado a isso, a repetição constante de “eu sinto! Eu sinto”, em consonância com os gestos hesitantes e permeados de expressividade, constrói uma cena permeada de carga emocional, em que os momentos de silêncio

entre uma frase e outra, a ausência (por alguns segundos) de cortes, conforma um momento de reflexão e forte teor emocional.

Para Alberti (2004), ficar atento aos gestos e “escutar” o corpo é tão importante quanto ouvir os relatos. A entrevista e as imagens de Lucilene Costa revelam como a dor, a identificação com o território e as experiências compartilhadas se manifestam no corpo da moradora. E essas marcas são respeitadas por Murilo Santos que procura ao máximo preservar as temporalidades dos entrevistados.

Considerações finais

Em meio à imersão de imagens e telas na contemporaneidade, o cinema alcançou status de fonte e objeto de estudo para a História. Nesse sentido, ao longo dos anos, as produções cinematográficas passaram a ser vistas como ferramentas profícuas para o estudo e discussões das representações de sujeitos negligenciados pela Historiografia: os subalternos. Sendo assim, a partir do documentário *Em Busca do Bem Viver*, procurei discutir como a comunidade do Cajueiro, em meio à tentativa de instalação de um porto privado no seu território, se viu diante da possibilidade de ser expulsa e como ela acionou diversos meios de resistência e mobilização pelo direito de existir, à medida que empreendi análises dos relatos de moradores representados na película.

Mesmo ocupando a região secularmente, os moradores do Cajueiro foram forçados a lutar para permanecer no seu território diante dos objetivos da empresa CCCC, que busca construir um porto privado na comunidade, em meio à ampliação e intensificação da inserção da ilha de Upaon-Açu nas rotas marítimas. Esse episódio explicitou que para os agentes do capitalismo, viver em cooperação com o meio ambiente não é compatível com o “desenvolvimento”. Nesse caso, o que se verificou em Cajueiro foi um aparente desrespeito aos direitos de existir da comunidade, ocasionando o conflito ambiental em questão, sobretudo pelas distintas visões sobre os usos dos territórios.

Referências Bibliográficas

Audiovisual

Santos, Murilo. 2016. *As quebradeiras de Dom Pedro*. (Documentário). Produtora: Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LoPuTQAbtEI>

Santos, Murilo. 1988. *Bandeiras Verdes*. (Documentário). Produtora: Aida Marques.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OIu2Wk-pm2E&t=80s>

Santos, Murilo. 2016. *Em Busca do Bem Viver*. (Documentário). Produtora: Comissão Pastoral da terra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TKMWvupNitI&t=382s>

Santos, Murilo. 2009. *Fronteiras de imagem*. (Documentário). Produtora: Aida Marques. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7L92UxFNWCM>

Santos, Murilo. 1986. *Quem matou Elias Zi?* (Animação). Produtora: Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FOKhFqmigsQ>

Bibliografia

Alberti, Verena. 2004. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV.

Acselrad, Henri. 2004. “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais”. Em Acselrad, Henri. (Orgs.) *Conflitos ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Boll.

Arcangeli, Saulo Costa. *A questão do desenvolvimento industrial na área Itaqui – Bacanga: as formas de enfrentamento da Comunidade do Cajueiro frente à perspectiva de instalação de um porto privado, a partir de 2014*. 2018. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.

Almeida, Fabrício Viana. *Aprendizagem histórica ambiental: a relação entre história local e o território ambiental do rio lontra como estratégia de ensino de história no colégio estadual Rui Barbosa - Araguaína-TO*. 2020. Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade federal do Tocantins, Araguaína, TO.

Camargo, A. F., e Basílio, R. S. “Resilience and Place Identity in the Context of the Global Climate Emergency: A Comparative Study in Brazil and Portugal”. *Sociedade & Natureza* 37, no. 1 (2025): 1-12.

Costa, Luis Eduardo da Silva. “Somos raízes, seguiremos na luta”: comunidade tradicional do Cajueiro contra a tentativa de instalação de um porto privado em São Luis/Maranhão. *Revista Contraponto*, no. 11 (2024): 1-17.

Funes, Eurípedes Antônio. 2015. “Comunidades mocambeiras”. Em *Entre Águas Bravas e Mansas. Índios e quilombolas em Oriximiná*. Grupiön, Denise Fajado, e Lúcia Mendonça Morato de Andrade (orgs). 16-61. São Paulo: CPI - Comissão Pró-Índio de São Paulo / IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena.

Ferro, Marc. 1995. “O filme: uma contra-análise da sociedade”. Em Le Goff, Jacques;

Nora, Pierre (orgs.) *História: novos objetos*. 199-215. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Freire, Fladney Francisco da Silva. 2018, “Terecô: entre memórias, territórios e conflitos”. *Outros Tempos* 15 (25): 153-169.

Furtado, Marivania Leonor Souza, e Rayssa Cristina Silva Alves. 2021 “Conflitos territoriais e racismo ambiental na ilha do maranhão: o caso da comunidade cajueiro”. *Ciência Geográfica*, Bauru, 25: 1254-1265.

Kilomba, Grada. 2019. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Copogó.

Lima Neto, Alexandre Moura. *Memória, cultura e territorialidade no contexto da judicialização de conflitos: um olhar sobre a comunidade rural do Cajueiro, frente à expansão da cidade de São Luís/MA*. 2021. Dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

Nobre, Ana Kely de Lina, Josemiro Ferreira Oliveira, e Tayanná Santos de Jesus Sbrana. 2018. “Imaginário, imposição e resistência: o desenvolvimentismo no meio rural de São Luís, Maranhão”. Em *Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais*. Santa’ana Júnior, Horácio Antunes, Maria José da Silva Aquino Teisserenc, e Cíndia Brustolin (orgs.). 187-213, São Luís: EDUFMA.

Nóvoa, Cristiane. 2006. “Narrativas históricas e cinematográficas”. Em *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Nóvoa, Jorge, e Soleni Biscouto Fressato (org.). 133-147. Salvador: Edufba.

Moreira, Jadeylson Ferreira, Maria Ecy Lopes Castro, e Neuziane Sousa dos Santos. 2018. “Desenvolvimento, repertório de ação e mobilizações políticas: notas sobre o conflito do cajueiro”. Em Santa’ana Júnior; Horácio Antunes; Teisserenc, Maria José da Silva Aquino; Brustolin, Cíndia (Orgs.). *Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais*. 155-187. São Luís: EDUFMA.

Moreira, Jadeylson Ferreira. *Arenas, repertórios e ações: O processo de tentativa de implantação do terminal portuário de São Luís, no povoado Cajueiro*. 2015. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

Portelli, Alessandro. 2016. *História Oral como arte da escuta*. Rio de Janeiro: Letra e Voz.

Pádua, José Augusto. 2010. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos avançados*, 24: 81-101.

Pollak, Michael. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos* 2, no. 3 (1989): 138-164.

Pedro, Viviane Vazzi, e Horácio Antunes Sant'ana Júnior. 2018. “‘Na lei ou na marra, nós vamos ganhar’: a judicialização como estratégia de confronto político pela defesa do Cajueiro e seu território étnico”. Em Sant'ana Júnior, Horácio Antunes de, Maria José da Silva Aquino Teisserenc, e Cíndia Brustolin (orgs). *Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas e conflitos socioambientais*. 115-117. São Luís: EDUFMA.

Pinto, Maria Lígia Cassol; Leite, Simmoní Elias Furtado. “A escalada da transformação da funcionalidade da terra em ativo financeiro na região do MATOPIBA/Brasil - 1970 -2022”. *Revista Sítio Novo*, 9 (2025): 1-21.

Pedro, Viviane Vazzi. “‘Quem não pode com a formiga não assanha o Cajueiro’: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís -MA. 2017. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

Reis, Ariana Romão dos. *A construção discursiva da comunidade do Cajueiro, em São Luís- MA: a disputa pelo espaço e seus direitos fundamentais da mídia local*. 2022. Dissertação de Mestrando em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

Silva, Silvana dos Reis Gonçalves de Araújo e. *Histórias locais, projetos globais: as tramas jurídicas e o processo ambiental do Porto São Luís em Cajueiro*. 2020. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.

Sant'ana Júnior, Horácio Antunes de, Maria José da Silva Aquino Teisserenc, e Cíndia Brustolin. 2018. “Da ideia de desenvolvimento, das ações e de confrontos: uma introdução”. Em Sant'ana Júnior, Horácio Antunes de, Maria José da Silva Aquino Teisserenc, e Cíndia Brustolin (Orgs.). *Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas e conflitos socioambientais*. 5-21. São Luís: EDUFMA.

Santos, José Murilo Moraes dos. *Cinema engajado no Maranhão: interfaces com a educação popular*. 2017. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

Santos, Clóvis Caribé Menezes dos. “MATOPIBA: uma nova fronteira agrícola ou um reordenamento geográfico do agronegócio e dos espaços produtivos de ‘cerrados’?”. *Cadernos do Ceas*, no. 245 (2018): 570-600.

Santos, Milton; Silveira, M. L. 2001. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record.